

## RESOLUÇÃO

### IR 25 ANOS – ORGANIZAÇÃO – ACÇÃO - LUTAR PARA CUMPRIR ABRIL

A Inter-Reformados/CGTP-IN saúda os reformados, aposentados e pensionistas que, ao longo dos últimos 25 anos, têm contribuído, de forma organizada, para o fortalecimento da luta e desta organização, na defesa dos seus direitos e dos futuros trabalhadores reformados.

Ao longo dos últimos anos, os ataques aos direitos dos reformados têm sido uma constante das políticas de direita, de exploração e empobrecimento, praticadas pelos sucessivos governos.

A nova correlação de forças na Assembleia da República potencia melhores condições para responder aos inúmeros problemas e desafios com que os reformados e o povo estão confrontados e proporciona uma situação mais favorável para dar continuidade à luta pela afirmação dos direitos e valores de Abril.

Neste sentido, o Plenário de reformados, aposentados e pensionistas, em comemoração dos 25 anos da Inter-Reformados/CGTP-IN, de acordo com a “**Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2016**”, EXIGE, como vectores essenciais, o aumento das pensões, defender as funções sociais do Estado, assegurar e reforçar o direito à Segurança Social e garantir o seu financiamento e defender o Serviço Nacional de Saúde.

As funções sociais do Estado desempenham uma função central no desenvolvimento do país, são garante da elevação das condições de vida da população e do seu carácter público, universal e sem barreiras ao acesso, elementos centrais da sua eficácia. Por isso, considera-se que os princípios da universalidade dos direitos e da progressividade dos impostos são pedras angulares das funções sociais que o Estado assegura.

#### **Aumento das pensões**

Desde 2010, as pensões têm estado congeladas, aumentando unicamente os primeiros escalões das pensões mínimas, o que por efeito da inflação, tem retirado poder de compra aos reformados, estimando-se, para o período de 2016-2019, a perda de cerca de 1.660 milhões de euros.

Assim, exige-se:

- Descongelamento de todas as pensões;
- Reposição imediata de todos os subsídios e pensões roubados desde 2010, incluindo as prestações sociais;
- Eliminação do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal;
- Revogação total da CES (Contribuição Extraordinária de Solidariedade);
- Revogação da sobretaxa de IRS;
- Alargamento dos escalões de IRS; aumento das deduções à colecta em despesas de saúde, educação, habitação, lares, entre outras; desagravamento do IVA e do IMI.
- A rejeição das alterações ao regime das pensões, nomeadamente as que visam a redução das pensões em pagamento e das futuras.

## **Assegurar e reforçar o direito à Segurança Social pública, solidária e universal**

- O combate a medidas que visem diminuir as pensões, seja por recurso a “alternativas” para contornar a impossibilidade de manter a contribuição de sustentabilidade, declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, seja por quaisquer outras medidas;
- A actualização dos montantes de todas as pensões e do Indexante dos Apoios Sociais e actualização e melhoria das prestações da segurança social em geral;
- A revogação das medidas relativas ao aumento da idade de reforma e da penalização do factor de sustentabilidade;
- A reposição da idade de acesso legal à reforma para os 65 anos, bem como do regime de flexibilização da antecipação de acesso à pensão de velhice;
- Um regime de antecipação da idade legal da reforma, voluntário para os trabalhadores, que tenha como base a duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização;
- A alteração da legislação da condição de recursos, nomeadamente no que respeita ao conceito de agregado familiar e ao método de capitação, no sentido de facilitar o acesso às prestações não contributivas e a outros apoios sociais;
- A reposição da universalidade do abono de família, enquanto direito de todas as crianças e jovens, reintroduzir os 4º e 5º escalões e repor a majoração para os escalões de menores rendimentos;
- O cumprimento dos acordos celebrados entre os Trabalhadores e as Empresas do Sector Empresarial do Estado, nomeadamente no que concerne ao efectivo pagamento dos complementos de pensões.

## **Garantir a universalidade de direitos e financiamento da Segurança Social**

- A diversificação das fontes de financiamento, defendendo o alargamento da base de incidência, considerando não só os salários mas também outras componentes da formação do rendimento, nomeadamente a riqueza líquida criada pelos trabalhadores nas empresas (Valor Acrescentado Líquido);
- O combate eficaz à fraude e à evasão fiscal e contributiva;
- Um plano estruturado para a recuperação de dívidas;
- A reposição da normalidade quanto aos objectivos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, enquanto direito e pertença dos trabalhadores;
- A reavaliação periódica do regime de transferência para o Estado das responsabilidades relativas às pensões da banca.

## **Defender o Serviço Nacional de Saúde**

- A revogação das taxas moderadoras em geral e, no imediato, nos cuidados de saúde primários;
- A gestão eficiente do Serviço Nacional de Saúde; melhor utilização dos recursos; eliminação de desperdícios; extinção das PPP's e fim da promiscuidade público-privado;

- 
- A garantia de que todos devem ter um médico de família;
  - O reforço da rede de cuidados primários de saúde e a sua articulação com os cuidados hospitalares;
  - O alargamento da rede pública de cuidados continuados;
  - A regulamentação e institucionalização dos designados “Enfermeiros de Família”, de acordo com os rácios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde;
  - A fiscalização das entidades privadas prestadoras de cuidados, designadamente, no âmbito dos cuidados continuados e lares;
  - Revogação da Portaria 82/2014, de 10 de Abril, sobre os critérios que permitem categorizar os estabelecimentos e serviços do SNS, por dela resultar uma perda de valências;
  - A consolidação da ADSE, enquanto sistema de saúde autónomo dos trabalhadores da Administração Pública e a reposição do desconto de 1,5% sobre 12 meses e não sobre 14.

Lisboa, 10 de Novembro de 2015

O Plenário de Reformados, Aposentados e Pensionistas,